

**DIREITO PROCESSUAL PENAL.** 1 Princípios do processo penal. 2. Aplicação da lei processual no espaço, no tempo e imunidades. 3 Inquérito policial; *notitia criminis*. 4 Arquivamento do inquérito policial. 5 Ação penal; espécies. 6 Jurisdição; competência. 7 Prova. 8 Da Prisão, das medidas cautelares e da prisão em flagrante (com as alterações da Lei 12.403/11). Espécies. Prazos. Prisão preventiva e Prisão domiciliar. 9 Prisão temporária (Lei n.º 7.960/89). 10 Liberdade provisória com ou sem fiança. 11 Questões e processos incidentes. 12 Restituição das coisas apreendidas. 13 Medidas assecuratórias. 14 Incidente de falsidade. 15 Insanidade mental do acusado. 16 Prova. Disposições gerais. Corpo de delito e perícias em geral. Interrogatório do acusado. Confissão. Ofendido. Testemunhas. Reconhecimento de coisas e pessoas. Acareação. Documentos e indícios. Busca e apreensão. 17 Do acusado e seu defensor. 18 Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 19 Processo Comum. Defesa preliminar, recebimento da denúncia, citação, intimação, carta precatória, sentença (com as alterações da Lei n.º 11.719/2008). 20 Procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri (com as alterações da Lei n.º 11.689/08). 21 Causas de extinção da punibilidade. 22 *Habeas corpus*.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL:** 1 Lei Complementar n.º 022/1994 e suas alterações (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará). 2 Tráfico ilícito e uso de substâncias entorpecentes. (Lei n.º 11.343/2006). 3 Identificação criminal (Lei n.º 12.037/2009). 4 Interceptação Telefônica (Lei n.º 9.296/1996). 5 Crime organizado (Lei n.º 9.034/95 e suas alterações). 6 Proteção à testemunha e delação premiada (Lei n.º 9.807/99). 7 O crime de tortura na lei brasileira (Lei n.º 9.455/97). 8 Registro, posse e comercialização de armas e o Sistema Nacional de Armas (Lei n.º 10.826/03). 9 Proteção de propriedade intelectual de programa de computador (Lei n.º 9.609/98). 10 Crimes contra as relações de consumo (Lei n.º 8.078/90). 11 Dos crimes contra as crianças e os adolescentes (Lei n.º 8.069/90). 12 Dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei n.º 7.716/89). 13 Juizados Especiais Cíveis Criminais. Crimes de pequeno potencial ofensivo. Competência e rito para julgamento dos crimes de pequeno potencial ofensivo (Lei n.º 9.099/95). 14 Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n.º 9.613/98 e suas alterações). 15 Direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65). 16 Crimes cometidos na condução de veículo automotor. Ação penal. Processo. Penas. (Lei n.º 9.503/97 com as alterações da Lei n.º 11.705/2008). 17 Violência doméstica (Lei n.º 11.340/2006). 18 Execução penal. Regimes de cumprimento de pena. Progressão, regressão e incidentes da execução penal. Direitos e deveres do preso. Regime disciplinar diferenciado. 19 Crimes contra o meio ambiente (Lei n.º 9.605/98). 20 Estatuto do idoso (Lei n.º 10.741/2003). 21 Crimes contra o sistema financeiro nacional. Competência (Lei n.º 7.492/86). 22 Sigilo financeiro (Lei Complementar n.º 105/2001). 23 Apresentação e uso de documento de identificação criminal (Lei n.º 5.553/68). 24 Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Pacto de São José da Costa Rica. Garantias Penais e Processuais Penais. 25 Crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores. Competência (Decreto-Lei n.º 201/67). 26 Lei de Licitações. Crimes, processo e procedimento judicial. Competência (Lei n.º 8.666/93). 27 Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90 e suas alterações).

**DIREITO CIVIL** 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência. 3. Das pessoas jurídicas. Disposições gerais. Das associações. Das fundações. 4. Do domicílio. 5. Dos bens. Das diferentes classes de bens. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos. 6. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Disposições gerais. Da representação. Da condição, do termo e do encargo. Dos defeitos do negócio jurídico. Da invalidade do negócio jurídico. 7. Dos atos jurídicos lícitos. 8. Dos atos ilícitos. 9. Da prescrição e da decadência. 10. Da prova. 11. Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Das obrigações de dar. Das obrigações de fazer. Das obrigações de não fazer. Das obrigações alternativas. Das obrigações divisíveis e indivisíveis. Das obrigações solidárias. 12. Dos contratos em geral. Disposições gerais. Da extinção do contrato. 13. Da responsabilidade civil. Da obrigação de indenizar. Da indenização. 14. Do direito das

coisas. Da posse. Da posse e sua classificação. Da aquisição da posse. Dos efeitos da posse. Da perda da posse. 15. Dos direitos reais. Disposições gerais. 16. Da propriedade. Da propriedade em geral. Da aquisição da propriedade imóvel. Da aquisição da propriedade móvel. Da perda da propriedade. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio geral. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. 17. Do bem de família (Lei 8.009/90).

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL.** 1 Jurisdição, competência, critérios determinativos da competência, capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo, capacidade postulatória do litisconsorte da assistência, da intervenção de terceiros, da nomeação à autoria, da denunciação à lide, do chamamento ao processo. 2 Processo e procedimento. 3 Procedimento ordinário e sumaríssimo. 4 Citação, notificação, intimações, defesa do réu, espécies de defesa, das exceções, da contestação, da reconvenção, da prova, ônus da prova, dos recursos e suas espécies, da ação rescisória. 5 O juiz, o Ministério Público, a autoridade policial, o defensor.

**NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO:** 1. Tributo: conceito e classificação. 2. Limitações constitucionais do poder de tributar. 3. Tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 4. Obrigação tributária principal e acessória. 5. Fato gerador da obrigação tributária. 6. Sujeição ativa e passiva. 7. Capacidade tributária. 8. Domicílio tributário. 9. Crédito tributário: conceito e constituição. 10. Lançamento: conceito e modalidades de lançamento. 11. Hipóteses de alteração do lançamento. 12. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 13. Extinção do crédito tributário e suas modalidades. 14. Exclusão do crédito tributário e suas modalidades. 15. Administração tributária: fiscalização; dívida ativa; certidão negativa.

**NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO:** 1. Seguridade social: Conceituação, Organização e princípios constitucionais. 2. Regime Geral de Previdência Social: 3. Segurados obrigatórios; Conceito, características e abrangência: empregado, doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial; 4. Segurado facultativo: conceito, características; 5. Trabalhadores excluídos do Regime Geral. 6. Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. 7. Financiamento da seguridade social: 8. Receitas da União; 9. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de concursos de prognósticos, receitas de outras fontes; 10. Salário-de-contribuição: Conceito; Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes; Proporcionalidade. Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social: 11. Obrigações da empresa e demais contribuintes; 12. Prazo de recolhimento; 13. Recolhimento fora do prazo: juros, multa; 14. Obrigações acessórias. 15. Retenção e Responsabilidade solidária: conceitos, natureza jurídica e características. 16. Reembolso de pagamento.

**NOÇÕES DE DIREITO EMPRESARIAL:** 1. Do Direito de Empresa: Do conceito de Empresa; 2. Do Empresário; 3. Da caracterização e da inscrição; 4. Da capacidade; 5. Da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. 6. Da Sociedade: Disposições gerais; 7. Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades; 8. Do Estabelecimento: Disposições gerais. 9. Do registro: Do nome empresarial; 10. Do Microempreendedor Individual, Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; 11. Dos Contratos Empresariais; 12. Dos Títulos de Crédito. 13. Das Sociedades por Ações: Lei 6.404/1976; 14. Do Sistema Financeiro Nacional: Lei 4.595/1964; 15. Da Propriedade Intelectual: Das Patentes; Dos Desenhos Industriais; Das Marcas; Das Indicações Geográficas; 16. Dos Crimes contra a Propriedade Industrial.

**NOÇÕES DE DIREITO AMBIENTAL:** 1. Disposições constitucionais de proteção ao meio ambiente (Constituição Federal, art. 225):. 2. Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; 3. Competências legislativas relacionadas ao Direito Ambiental. 4. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei no 6.938/81 e alterações posteriores); 5. Do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA: estrutura e competências administrativas; 6. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. 7. Licenciamento Ambiental: Normas gerais; Resoluções CONAMA n. 1/86 e 237/97; Exigibilidade de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). 8. Proteção da vegetação. 9.

Concessão Florestal (Lei no 11.284/06). 10. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei no 9.985/00). 11. Proteção das águas. 12. Lei de Recursos Hídricos (Lei no 9.433/97). 13. Padrões de qualidade das águas. 14. Responsabilidade ambiental. Responsabilidade civil por dano ambiental no direito brasileiro. 15. Crimes ambientais (Lei no 9.605/98 e alterações posteriores). 16. Infrações administrativas (Decreto no 6.514/2008 e alterações posteriores).

## ANEXO II

### FORMULÁRIO DE RECURSOS

#### FORMULÁRIO PARA RECURSO

À Banca Examinadora,  
Venho, por meio deste, interpor recurso contra \_\_\_\_\_,  
aplicada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, de acordo com a(s) razão (ões)  
constante (s) na (s) folha (s) seguintes (s).

Número da inscrição: \_\_\_\_\_

Candidato(a): \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E.mail: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Observações:

1) Todos os campos de identificação constantes da folha de rosto deverão ser preenchidos.

2) Especificar o fato motivador do recurso de forma sucinta e clara, em campo próprio, sem nenhum sinal identificador (nome, n.º de inscrição, etc.).

3) Admitir-se-á um único recurso por candidato e de forma individualizada, ou seja, um recurso para cada evento que lhe der origem.

4) Cada recurso deverá ser apresentado em um formulário.

5) O recurso deverá estar digitado, não sendo aceito recurso interposto por fac-símile (fax), telegrama ou outro meio não especificado neste Edital.

#### FORMULÁRIO PARA RECURSO – RAZÕES DE RECURSO

Cargo: \_\_\_\_\_

Número da Questão: \_\_\_\_\_

Fundamentação e/ou embasamento legal, com as devidas razões do recurso:

### GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR DAS CARREIRAS POLICIAIS DE INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL, DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL E PAPILOSCOPISTA CONCURSO PÚBLICO C - 170

### EDITAL Nº 01/2013 – SEAD/PCPA, 24 DE JANEIRO DE 2013.

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD/PA, em conjunto com a POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ – PCPA, torna público a realização de Concurso Público para provimento de vagas em cargos de nível superior das Carreiras Policiais de Investigador de Polícia Civil – IPC, Escrivão de Polícia Civil – EPC e Papiloscopista, observadas as disposições constitucionais referentes ao assunto e de acordo com os termos da Lei Complementar n.º 022, de 15 de março de 1994, Regimento Interno da Polícia Civil do Pará (homologado pelo Decreto n.º 2690 de 18 de Dezembro de 2006) e da ACADEPOL (homologado pelo Decreto Governamental n.º 190 de 23 de Maio de 2007) e Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 (Regime Jurídico Único do Estado do Pará) e suas alterações, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, bem como pelos diplomas legais citados em seu caput.

1.2. A seleção visa o provimento efetivo de **250 (duzentas e**